



Comunicação Oral

## A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFGD: O PROCESSO FORMATIVO DE FUTUROS PROFESSORES DO CAMPO NO MATO GROSSO DO SUL

Edir Neves BARBOZA (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” FCT – Campus de Presidente Prudente)<sup>1</sup>

Renata Portela RINALDI (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” FCT – Campus de Presidente Prudente)<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho se caracteriza como um recorte de uma pesquisa de doutorado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho” na Faculdade de Ciências e Tecnologia, câmpus de Presidente Prudente. Intenciona uma primeira análise do Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Inicialmente, apresenta uma abordagem do perfil dessa instituição na oferta de cursos com públicos específicos e o histórico da sua implantação, bem como a caracterização do curso de LEDUC que se iniciou em 2014. A análise fundamenta-se na produção de autores que discorrem sobre as temáticas da formação de professores e a educação do campo. A fonte primária consultada e que norteou o trabalho foi o próprio PPC do curso, com o intuito de compreender a proposta pedagógica e o percurso formativo ofertado aos discentes matriculados. Esse trabalho colabora na realização de um aprofundamento teórico-metodológico da proposta formativa no intuito de ir ao encontro aos anseios trazidos pela Licenciatura em Educação do Campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de Professores. Projeto Pedagógico Curricular. Licenciatura em Educação do Campo. Políticas públicas em Educação.

<sup>1</sup> [edirnb@gmail.com](mailto:edirnb@gmail.com), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho” na Faculdade de Ciências e Tecnologia, câmpus de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> [renata.rinaldi@fct.unesp.br](mailto:renata.rinaldi@fct.unesp.br), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho” na Faculdade de Ciências e Tecnologia, câmpus de Presidente Prudente.



## INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) nasce em 2005 no processo de ampliação das instituições federais, através do Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, do governo federal. Sob tutoria da Universidade Federal de Goiás (UFG), logo se vê a ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação na instituição.

Apresenta como proposta, a política de educação inclusiva, abrangendo entre os cursos de graduação a oferta de vagas para ensinamentos diferenciados, que atendam demandas específicas para a população indígena e do campo.

Assim, três momentos distintos são percebidos na configuração da instituição desde a sua criação, e que culminaram com a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, nos quais houve uma intensa aproximação com a população do campo. Em 2008 por meio do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, promovido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/Ministério do Desenvolvimento Agrário (PRONERA/MDA) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Mato Grosso do Sul (Incrá/MS) e os movimentos sociais do estado de Mato Grosso do Sul, cujo objetivo era estimular, criar, propor, desenvolver e coordenar projetos educacionais, com metodologias voltadas para as especificidades do campo, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável, promovendo o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades. O segundo com a oferta do curso de Especialização ProJovem Saberes da Terra, numa parceria entre a UFGD, Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Ministério da Educação (SECADI/MEC), objetivando a formação de professores de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto das comunidades e assentamentos no estado de Mato Grosso do Sul. E o terceiro, em que o Curso de Especialização *Lato sensu* em Estudos de Gênero e Interculturalidade, que busca a prática educativa pautada no respeito às diferenças e aos direitos



humanos e sociais e às relações culturais e de gênero no campo, todos esses promovidos pela Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da UFGD.

Para além desses cursos com estreita relação com a população do campo, a UFGD, oferta desde 2006 o curso de Licenciatura Intercultural Indígena – *Teko Arandu*, para a população indígena das etnias Guarani e Kaiowa. Em 2013 é criada a Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) que aloca atualmente os cursos diferenciados, quais sejam as Licenciaturas Indígena e do Campo.

Esse contexto de vivência com a educação diferenciada corroborou para que a UFGD participasse do edital de chamada pública Edital SESU/SETEC/SECADI nº 2, de 31 de agosto de 2012 do Ministério da Educação no qual as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) pudessem ofertar a Licenciatura em Educação do Campo.

Nesse cenário, é preciso destacar que a maior parte dos docentes que escrevem a proposta para concorrer ao respectivo edital, estavam diretamente envolvidos nas atividades anteriormente descritas, no entanto, somente um deles migrou da FCH para a FAIND que oferta a licenciatura.

Importa ressaltar a trajetória pós-edital, pois o processo de implantação do curso de Licenciatura em Educação no Campo (LEDUC) foi elaborado e construído num tecer de várias mãos e por isso mesmo apresentou momentos de tensão e conflitos, no qual haviam direcionamentos diferenciados entre os docentes e os agentes administrativos para iniciar a oferta do respectivo curso, conforme preconizado.

Assim, no momento de inserção dos estudantes através de vestibular, os professores (há época quatro docentes) convidaram, para colaborarem na elaboração do primeiro edital do vestibular, bem como na divulgação do mesmo nas áreas rurais, alguns movimentos sociais ligados à luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). No entanto, os debates dessa aproximação não surtiram os efeitos almejados em relação ao texto do edital, pois,



questões internas e burocráticas tiveram mais forças na finalização do documento que foi publicitado.

Nesse contexto, que nasce com a aproximação e intensa participação dos movimentos sociais junto à universidade, que se inicia no primeiro semestre de 2014, após a realização do primeiro vestibular, tem início as atividades letivas da LEDUC - Habilitação em Ciências da Natureza, alocado na FAIND.

## **CARACTERIZAÇÃO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEU PERCURSO FORMATIVO**

A LEDUC se caracteriza como curso presencial, na modalidade da alternância entre o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC).

No TU os discentes ficam alojados em alojamento locado pelo curso através de respaldo financeiro do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e as atividades letivas ocorrem nas dependências da UFGD, sendo duas etapas de 12 dias por semestre, com 10 horas-aulas de atividades diárias, totalizando, nesse período, 240 horas de atividades presenciais na Universidade. O Tempo Comunidade, por sua vez, acontece como carga horária integradora do componente curricular, sendo realizada seguindo um plano de pesquisa-ação dada durante o Tempo Universidade e acompanhadas “*in loco*” pelos docentes do curso. Acontecem nas comunidades de origem dos estudantes e nas escolas de educação básica escolhidas para inserção orientada, localizadas nos assentamentos dos municípios de Itaquiraí, Ponta Porã, Nioaque, Sidrolândia, Corumbá, Itaporã e Nova Alvorada do Sul, no estado de Mato Grosso do Sul. As escolas de inserção são aquelas localizadas nas comunidades ou aquelas que atendam crianças e jovens das comunidades, escolhidas pelos acadêmicos.

O processo de acompanhamento do futuro professor tem como objetivo “[...] garantir o processo formativo durante o Tempo/Espaço comunidade, dando suporte aos alunos para o desenvolvimento de suas atividades de inserção, orientando-os no



planejamento de ações e na identificação e resolução de problemas” (PPC/ LEDUC, 2014, p. 15).

## **O PROCESSO FORMATIVO DA LEDUC: FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA**

A formação em alternância tem seu início na França nos anos de 1935, as primeiras escolas chamadas de *Maisons Familiales Rurales* (MFR) nascem a partir do interesse de agricultores de uma comunidade rural e de um padre que se viram incomodados com a situação de um jovem que não conseguia se adaptar a escola convencional. Nesse contexto, articula-se uma relação entre a família e as forças sociais locais, numa pedagogia que relaciona os conhecimentos da vida cotidiana e aqueles sistematizados no contexto escolar.

No Pós Segunda Guerra Mundial esse modelo de escola ganhou força pela França sendo reconhecido pelo Governo como Centros Familiares de Formação por Alternâncias (CEFFAs) nos anos de 1960.

Especialmente no Brasil, o modelo educativo dos CEFFAs se deu em 1968, no Espírito Santo com a criação da Escola Família Agrícola (EFA) de Olivânia, no município de Anchieta. Após esse período as EFAs se expandem para outros estados brasileiros. Essas primeiras escolas se caracterizaram como informais, o tempo de duração dos cursos se dava em dois anos e, objetivava permitir a formação técnica de agricultores, incentivar a permanência dos alunos no seu lugar de origem e incrementar as tecnologias no meio agrícola, além da preocupação com a formação humana, cidadã engajamento político e social dos alunos nas comunidades e nos movimentos sociais.

Na UFGD há uma experiência relacionada à metodologia da formação em alternância na Licenciatura Indígena desde 2006, dessa maneira a FAIND têm construído momentos de diálogos entre os docentes e estudantes, buscando ampliar e consolidar essa metodologia.





Na LEDUC, os docentes fizeram a opção de trabalhar a metodologia da formação em alternância elencando uma disciplina denominada Pesquisa e Práticas Pedagógicas, que é transversal ao curso, ou seja, está contida em todos os semestres, com carga horária de 72 horas, na qual 54 horas são desenvolvidas no TC e 18 horas no TU.

Nesta perspectiva, os docentes da LEDUC ainda estão na caminhada da construção desta metodologia para a formação dos futuros professores. Em vários momentos das reuniões pedagógicas está sempre presente o anseio e a preocupação em como fazer com que a Alternância não se caracterize apenas um montante de afazeres para os acadêmicos resolverem no tempo em que estão na comunidade. Dessa maneira e pela opção feita pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, a Alternância da LEDUC se dá no momento em que os acadêmicos, por meio da disciplina específica, desenvolvem projetos de intervenção que, primeiramente, perpassaram pelas escolas, mas, que objetivam ser ampliados para todos os setores dentro da comunidade em que estão inseridos.

O que se pretende com essa prática metodológica é instaurar uma dinâmica que vai além da responsabilidade individual do acadêmico, pois a sua ação pedagógica, que se inicia com o estudo da realidade no qual está inserido, vai ter interferência nesse meio, o que pode vir a fomentar novas relações sociais. O método, portanto, deve construir atuação adequada sobre a realidade para transformá-la.

Segundo Gimonet (1998, p. 1),

A Formação por Alternância também não pode ser reduzida, como é o caso, muitas vezes, a simples relações binárias do tipo: teoria-prática, escola-empresa, trabalho profissional-formação escolar, emprego-formação, saber experiencial-saber livresco... Na medida em que se coloca o acento sobre o institucional, o cognitivo, o relacional ou outras aprendizagens.

A alternância não pode simplesmente significar disciplinas que se encerram em si mesmas. Ela deve ser pautada por ações pedagógicas que reflitam sobre a





realidade visando a sua transformação e a emancipação humana. Dessa maneira, deve-se pensar o campo e a escola do campo como espaços de pesquisas sobre o modo de vida e como fonte de florescimento do conhecimento dessa população. Esse espaço deve ser um laboratório para a Educação do Campo e é no momento do TC que o acadêmico deve verificar a validade e a aplicabilidade do aporte teórico trabalhado no TU.

Assim, a proposta de alternância constrói um percurso de ida e vinda entre os tempos Campo e Universidade buscando entrelaçar os conteúdos e os espaços. Com isso, verifica-se o alargamento do processo formativo pautado na construção do conhecimento a partir da realidade, como sinaliza a orientação da educação popular, como assina Freire (1999, p. 32), “não há ensino sem pesquisa, (...). Pesquisa para constatar, constatando, intervenho”.

O Projeto Pedagógico Curricular (PPC) da LEDUC/UFGD tem como objetivos gerais,

- Formar licenciados/as em Ciências da Natureza e Ciências Humanas com uma sólida formação humanística, que sejam capazes de atuar como profissionais críticos/as da realidade multidimensional da sociedade brasileira, do processo educacional e nas organizações dos movimentos sociais, habilitando-os/as a produzir conhecimentos que resultem em práticas de docência, lideranças de movimentos sociais, pesquisas e intervenções sócio educacionais.
- Fortalecer a educação e a possibilidade de ação qualificada no campo [do estado] de Mato Grosso do Sul, com conhecimentos teórico-metodológicos voltados às especificidades, às necessidades e ao desenvolvimento sustentável do campo para a conquista de melhorias na qualidade de vida. (PPC/LEDUC 2014, p. 15)

Dessa forma, a formação pretendida não se desvincula da realidade na qual estão inseridos os discentes do curso, e eles tem a oportunidade de ampliar as possibilidades de atuação profissional, pois a habilitação garante-lhes que os mesmos podem atuar com base na formação recebida, nos espaços que traduzem essa realidade ou que está alocado diretamente nas intervenções para uma melhoria desse espaço físico, qual seja, a área rural.





Pretende-se a partir da formação que o egresso desenvolva o perfil de pesquisador/a na área acadêmica ou não acadêmica; um educador/a político-social que atue tanto em docência, comprometido com as questões sociais e com compreensão crítica da realidade, como em planejamento colaborando em organizações governamentais, não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

Assim, se torna interesse nesse processo de formação superior, o envolvimento dos componentes curriculares com os aspectos da vida cotidiana e da construção de sujeitos sociais no campo, cujo conhecimento se pretende aprofundar de modo sistematizado, num trabalho coletivo interdisciplinar, englobando os complexos métodos de desenvolvimento sócio rural, da produção ecológica, das relações de gêneros, de gerações e etnias distintas que convivem no campo.

Por essa razão, os componentes curriculares do curso foram organizados a partir de quatro núcleos, a saber: Núcleo de Estudos Pedagógicos e o de Núcleo de Estudos Básicos que objetivam proporcionar ao acadêmico uma formação pautada na Legislação Brasileira vigente, tornando-o capaz de identificar, compreender e analisar diferentes saberes, compreender as bases sócio territoriais, os processos de comunicação próprios e as especificidades culturais, focado principalmente às demandas das escolas do campo (PPC/LEDUC, 2014).

O Núcleo de Formação Específica - propõe a formação de professores que tenham visão integrada das Ciências da Natureza, compreendendo as relações entre os processos biológicos, físicos e químicos da Natureza, a partir das diferentes áreas do conhecimento. Assim, como os componentes curriculares das Ciências Humanas, que integram os processos históricos, sociais, filosóficos e geográficos da formação humana. E o Núcleo de Atividades Integradoras, considerando a necessidade de formação de professores para atuarem nas escolas do campo, que se configura como de fundamental importância por oportunizar aos acadêmicos o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à construção de competências e experiências a partir da



integração dos saberes, em todas as suas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, permitindo ao egresso apropriar-se de técnicas e procedimentos aplicáveis na educação escolar e na vida do campo.

Visitando ainda o PPC do referido curso, os objetivos específicos indicam a necessidade de,

- Reafirmar o acesso à educação e à escolarização como um direito constitucional das pessoas inseridas no campo;
- Contribuir para a formação de profissionais capazes de compreender o processo histórico da produção do conhecimento científico e suas relações com os aspectos de ordem política, cultural, social, ética e econômica, para assim intervir no espaço vivido, com uma concepção de educação referenciada num paradigma do campo;
- Possibilitar melhor e maior integração entre os movimentos sociais rurais e a universidade, promovendo uma troca de experiências entre estes sujeitos sociais, buscando enriquecer reciprocamente as diferentes práticas;
- Garantir e fortalecer o princípio da Pedagogia da Alternância, possibilitando a articulação das atividades Tempo Universidade com as atividades Tempo- Comunidade, num processo de ação reflexão-ação do conhecimento;
- Incentivar os/as acadêmicos/as a atuarem nas realidades sociais, políticas, econômicas e culturais que compõem os espaços sociais rurais de Mato Grosso do Sul;
- Criar condições favoráveis aos profissionais para compreenderem e valorizarem as diferentes linguagens manifestadas na dinâmica das sociedades contemporâneas;
- Favorecer aos docentes/pesquisadores/as/extensionistas conhecimentos para o trabalho junto às escolas, às equipes multidisciplinares, aos órgãos públicos, às organizações governamentais e não governamentais, aos movimentos sociais, dentre outros;
- Contribuir para a formação ética e o senso de compromisso social;
- Estabelecer articulações entre teoria e prática nos grandes temas geradores que possam mobilizar a comunidade ou grupo, como por exemplo, as questões ambientais, agrárias, urbanas ou da globalização, entre outras;
- Contribuir para a redução do fechamento/nucleação das escolas no campo e conseqüentemente a redução do êxodo jovem. (PPC/LEDUC, 2014, p.15)

Diante do exposto, partimos do entendimento que a formação de professores



deve ser compreendida como um processo contínuo e, portanto, não cabe dentro de um enquadramento dual. Pois, como processo, é histórica e acompanha as tramas das relações humanas na sociedade, como a econômica, social, política e cultural. Como acrescenta, Gatti et al (2011, p. 26),

Com respeito à dimensão subjetiva do desenvolvimento profissional do (a) professor(a), Tedesco (2005) lembra que o sentido ético e a dimensão política do trabalho docente são os dois pilares da identidade do(a) professor(a): acreditar no projeto da educação e acreditar na capacidade do(a) aluno(a). Nos processos educacionais, não é possível descartar as questões da subjetividade. Elas colocam-se inicialmente na relação educacional: seres humanos aprendendo com seres humanos, em condições sociais e psicossociais em uma dinâmica própria.

A formação de professores, portanto, não é alheia as questões inerentes à vida humana, a subjetividade e a realidade concreta. Assim, ela não se efetiva se estiver apenas em uma das dimensões da relação social, acima de tudo ela se faz mediante a relação humana, com suas mazelas, conquistas, desafios e tensões. São pessoas formando pessoas, como nos indica Gatti et al. (2011, p. 26), “É preciso ter presente que ela é uma intervenção na direção formativa do ser humano, quer pela relação pedagógica pessoal, quer no âmbito da relação social coletiva”.

Ainda, segundo a autora,

A configuração do grande aparato institucional montado pelo Ministério da Educação (MEC), ao longo de pouco mais de meia década, delinea uma política nacional de formação docente orientada pela perspectiva de instituição de um sistema nacional de educação, que traduz o avanço do processo de responsabilização do poder público pelo desempenho e pela carreira dos professores da educação básica e considera a formação como um processo contínuo de construção de uma prática docente qualificada e de afirmação da identidade, da profissionalidade e da profissionalização dos professores. (GATTI et al., 2011, p. 49)

No contexto das licenciaturas específicas há um diferencial nesse processo formativo, pois ele constitui como uma proposta de formação articulada ao futuro



contexto de atuação profissional do licenciado. Como posto nos objetivos do Edital (Nº 02/2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC)

1.1 O Programa visa apoiar a implantação de 40 cursos regulares de Licenciaturas em Educação do Campo, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da educação do campo, com no mínimo 120 vagas para cursos novos e 60 vagas para ampliação de cursos existentes, na modalidade presencial a serem ofertadas em três anos. Os Projetos deverão contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, por área de conhecimento, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo, **tendo como prioridade a garantia da formação inicial de professores em exercício nas escolas do campo que não possuem o Ensino Superior.** (Grifo nossos).

Portanto, o que está indicado pelo edital é um ajuste da formação de professores para Licenciatura em Educação no Campo especialmente, pois sabemos que historicamente essa modalidade de ensino sofreu perdas significativas, e ainda hoje, após vinte anos da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/96) e pós-décadas de publicação de vários documentos da legislação da/para Educação do Campo, que garantem a qualificação profissional dos professores dessas áreas, há ainda um déficit nessa formação, tendo escolas com professores leigos e inúmeras salas multiseriadas.

### **Considerações finais**

O texto ora apresentado buscou fazer uma primeira aproximação analítica do PPC da LEDUC/UFGD em busca de evidenciar, a partir desse instrumento político formativo, o percurso que vem se desenhando na formação inicial desses futuros professores.

Ainda é muito recente, até mesmo para uma análise mais aprofundada que indique se os objetivos foram ou não cumpridos, haja vista que ainda não há egressos do curso, pois a primeira turma concluirá a formação no primeiro semestre de 2018.



Porém, é salutar as reflexões e debates processuais, para evidenciar a importância da dimensão contextualizada que o projeto do curso aparentemente evoca, compreendendo essa contextualização dentro da realidade que os discentes e docentes se encontram.

Nesse sentido, os cursos de licenciaturas específicos buscam garantir que a formação ofertada responda aos elementos e à diversidade que as outras licenciaturas não abrangem, já que as políticas de formação de professores são generalistas e não abarcam as especificidades, por exemplo, indígena, do campo, quilombola etc. Há que se compreender que essa realidade está intrinsecamente ligada por uma concepção urbanocêntrica como aponta Arroyo, (2007, p.159)

As consequências dessa inspiração no paradigma urbano são marcantes na secundarização do campo e na falta de políticas para o campo em todas as áreas públicas, saúde e educação de maneira particular. O campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade. Consequentemente, os profissionais urbanos, médicos, enfermeiras, professores estenderão seus serviços ao campo. Serviços adaptados, precarizados, no posto médico ou na escolinha pobres, com recursos pobres; profissionais urbanos levando seus serviços ao campo, sobretudo nos anos iniciais, sem vínculos culturais com o campo, sem permanência e residência junto aos povos do campo.

Dessa maneira, são efetivadas, portanto, políticas educacionais como a de currículo e de formação docente que não englobam a diversidades, sendo que as mesmas são materializadas em todo o território nacional, nos mais longínquos rincões do Brasil e acabam assim, não correspondendo aos anseios, desejos e necessidades de determinados grupos e comunidades. No entanto, é imperativo que os conhecimentos universais devam ser visitados por essas populações, porém, é salutar que os saberes e conhecimentos desses espaços específicos estejam contemplados também no fazer cotidiano dos professores/as do campo.

Esse perfil profissional aparece evidenciada no PPC, em conformidade com o que é estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, conforme citado no item



que indica o perfil do egresso:

O curso tem como objetivo fundamental oferecer uma boa formação ao acadêmico/cidadão/a, construindo um perfil que corresponda às necessidades concretas do campo com suas especificidades e diversidade sócio-culturais. Assim, poderão desempenhar sua profissão com responsabilidade, solidariedade, espírito crítico e com coerência teórica, científica e metodológica, na área de ensino como educadores político-sociais, além de existir a possibilidade de atuarem em outros espaços educativos, públicos, privados, instituições diversas, movimentos sociais, dentre outros. Entende-se que o perfil desejado corresponde ao estabelecido pelo Parecer do MEC/CNE/CES 492/2001:

- Pesquisador/a seja na área acadêmica ou não acadêmica, como educador/a político-social;
- Profissional que atue tanto em docência, comprometido com as questões sociais e com compreensão crítica da realidade, quanto em planejamento, como colaboradores em organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares. (PPC/LEDUC, p. 16)

Nestes apontamentos sobre a formação de professores em geral e, especialmente o PPC da LEDUC/UFGD, se faz necessário pensar o papel político, institucional e a sua função social, como nos indica Gatti et al (2011, p. 93):

Com essas concepções, coloca-se a formação de professores para além do improvisado, na direção de superação de uma posição missionária ou de ofício, deixando de lado ambiguidades quanto ao seu papel como profissional. Profissional que tem condições de confrontar-se com problemas complexos e variados, estando capacitado(a) para construir soluções em sua ação, mobilizando seus recursos cognitivos e afetivos. Muitos autores têm tratado essa questão da profissionalização dos docentes (NÓVOA, 1993; CONTRERAS, 2002; LESSARD; TARDIFF, 2004; FANFANI, 2007; OLIVEIRA, 2004, 2010), e chama a atenção o papel de sua formação na construção desse processo. Oliveira (2010), discutindo a construção política da profissão docente no Brasil assinala que a maioria dos analistas está de acordo que o exercício da docência na sociedade moderna veio constituindo-se como ofício, a partir da institucionalização mais ampla dos sistemas escolares, a partir da instauração de um corpo de trabalhadores que vêm movimentando-se em busca de uma profissionalização melhor definida.



Algumas inquietações se fazem presente indicando a necessidade de outras análises que busquem evidenciar o papel formador das licenciaturas específicas tais como: De que forma contemplar uma formação inicial que abarque a especificidade? O perfil desejado para o egresso do curso cumprirá seu papel social? Os conteúdos desenvolvidos nas diversas disciplinas serão capazes de desenvolver as competências e habilidades do professor nesse momento presente? Quais competências e habilidades devem ser evidenciadas nesse percurso formativo? Que metodologias devem ser aplicadas? Enfim, todas essas inquietações servem para reafirmar a importância de novas investigações que busquem contribuições para a educação do campo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007  
Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 08.maio.2017.

CUNHA, M. I. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.39, n.3, p.609-625, jul./set.2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1096.pdf> . Acesso em: 07.jan.2017.

GATTI, Bernadete Angelina. BARRETO, Elba Siqueira de Sá. ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GIMONET, Jean-Claude. **A alternância na formação “Método pedagógico ou novo sistema educativo?”** A experiência das Casas Familiares Rurais. Trad. “L’Alternance en Formation. ‘Méthode Pédagogique ou nouveau système éducatif?’ L’expérience des Maisons Familiales Rurales”. In: DEMOL, Jean-Noel; PILON, Jean-Marc. **Alternance, Développement Personnel et Local**. Paris: L’Harmattan, 1998, p. 51-66.. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/Educacao-MII/2SF/Alternancia.pdf>>. Acesso em: 28.out.2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD). Faculdade Intercultural Indígena (FAIND). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza e Ciências Humanas (PPC/LEDUC)**. Dourados, 2014, 86p. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/prograd/cograd/cgp/ppcs/educacao-do-campo>> Acesso em: 27/04/ 2017.

